

# EDUCAÇÃO SEXUAL NA VISÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM UMA ESCOLA DE DOURADOS<sup>1</sup>

ROSALDO DE ALBUQUEQUE SOUZA<sup>2</sup>  
*UnB*

---

**RESUMO:** Uma grande parcela da população brasileira é constituída de adolescentes, idade compreendida dos 12 aos 19 anos. Nesse período da vida do ser humano, ocorrem diversos fatores comportamentais envolvendo a sexualidade que intrigam muitos pesquisadores, professores e pais. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a Educação Sexual deve ser trabalhada nas escolas como tema transversal. O objetivo deste trabalho foi verificar a percepção e atitudes em relação à Educação Sexual entre professores Indígenas do Ensino Fundamental de uma escola rural do município de Dourados-MS, cujos alunos matriculados são, em sua maioria, indígenas. O trabalho foi desenvolvido entre Julho e Agosto de 2010. Esta escola tem 950 alunos matriculados desde a Educação Infantil até o 9º ano do Ensino Fundamental, e seus discentes e a maioria dos docentes são originários da Aldeia Jaguapirú. As etnias constituintes são Terena, Guarani-Ñandeva e Kaiowá. A coleta de dados foi realizada através de um questionário respondido individualmente pelos docentes indígenas. Os resultados mostram que os professores consideram importante trabalhar a Educação Sexual no Ensino Fundamental envolvendo as diferentes áreas do conhecimento e com auxílio de profissionais da área da saúde. A maior parte dos professores trabalha ou já trabalhou esse tema em suas aulas, e considera os alunos receptivos e interessados; no entanto, alguns professores têm dificuldade em abordar o tema. Uma das dificuldades encontrada está relacionada com a pouca aceitação dos pais, evidenciando a necessidade de orientação dos mesmos sobre o tema. Os Parâmetros Curriculares Nacionais garantem que a Educação Sexual deve começar ainda nos primeiros anos escolares.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Sexual; adolescência; Ensino Fundamental; Terena; Guarani-Ñandeva e Kaiowá.

**ABSTRACT:** A large portion of the population consists of adolescents aged by 12 to 19 years. During this period of human life occur several behavioral factors involving sexuality that intrigues many researchers, teachers and parents and according to the Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), sex education must be taught in schools as a crosscutting theme. The aim of

---

<sup>1</sup> O formato original do presente artigo foi o Trabalho de Conclusão apresentado pelo autor como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Ciências Biológicas, pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, sob orientação da professora Lucinete Regina Colombo e co-orientação da professora Maria Alice Carolino.

<sup>2</sup> Indígena da Etnia Kinikinau do Mato Grosso do Sul. Tem formação de Nível Médio em Magistério, graduação em Ciências Biológicas pela UEMS e atualmente está cursando Mestrado em Desenvolvimento Sustentável - Modalidade: Sustentabilidade Junto a Povos e Terras Indígenas - pela UnB. É professor efetivo da REME Dourados, MS. E-mail: [rosaldoa866@gmail.com](mailto:rosaldoa866@gmail.com).

this study was to investigate perceptions and attitudes towards sexual education among elementary school Indigenous teachers in a rural school in Dourados-MS. Data collection was conducted through a questionnaire completed by individual teachers. The results show that teachers consider important to work with sex education in elementary schools involving different areas of knowledge and with the help of health professionals. Most teachers work or have worked this theme in his classes, and consider the students receptive and interested, however, some teachers have difficulty in approaching the subject. One of the difficulties encountered are related to the low acceptance of their parents, highlighting the need for guidance on the same theme. The Parâmetros Curriculares Nacionais ensures that the sex education should begin in early school years.

**KEYWORDS:** sex education; adolescence; elementary school; Terena; Guarani-Ñandeva and Kaiowá.

---

## Introdução

Segundo dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2000, a população que tinha entre 10 e 19 anos de idade, faixa etária denominada de adolescência, correspondia a 34.000.000 de pessoas, isto é, 19% da população geral do país, sendo que 50,4% pertencia ao sexo masculino e 49,6% ao sexo feminino (ROMERO et al, 2007).

A adolescência é considerada uma fase de mudanças biopsicossociais; é caracterizada pelo início da puberdade, através de mudança corporal que se caracteriza principalmente pelo aparecimento dos caracteres sexuais secundários bem como a capacidade de reprodução do indivíduo; independência emocional dos pais; elaboração da identidade pessoal e por mudanças psicológicas (FERREIRA, 2001).

Nesse processo de transformações, pode-se observar que o desenvolver da sexualidade está intimamente ligado ao desenvolvimento integral do adolescente. Neste sentido, observa-se que a atividade sexual se inicia precocemente (ROMERO et al, 2007).

Segundo Boruchovitch (1992), a adolescência é caracterizada pela literatura como fase de intensa necessidade de exploração e experimentação do contexto em que se vive, e isso faz com que o adolescente torne-se vulnerável ao engajamento em comportamentos que envolvem riscos pessoais. Neste sentido, observamos o crescente

número de gravidez indesejada, casos de DSTs e AIDS, e muitos casos de envolvimento com entorpecentes entre os adolescentes.

A dificuldade de diálogo entre os adolescentes e seus pais ou entre estes e os educadores faz com que as pessoas nessa faixa etária sejam vistas como incompreensíveis, mal-humoradas ou sem autoestima. Esta falta de compreensão por parte dos adultos tem levado os adolescentes a procurarem outros adolescentes para compartilhar seus problemas, onde a grande maioria encontra a forma errada de satisfazer seus desejos. Muitos caem no vício das drogas, álcool e cigarro e como consequência disso, as meninas engravidam ou adquirem uma DST.

O estudo sobre "orientação sexual" envolve a vida do ser humano desde o seu nascimento até a sua morte. Engloba uma série de atividades, bem como a diversidade de crenças, valores e expressões culturais existente em uma sociedade democrática e pluralista, o respeito a si mesmo e ao seu próximo. Dentro desse contexto, dá-se a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, AIDS e da gravidez indesejada na adolescência.

Os problemas que envolvem a adolescência, como a gravidez indesejada e as DSTs, atingem o Brasil todo. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) a forma mais eficaz de amenizar essa situação é inserir "Educação Sexual" nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas e conscientizar os pais a conversarem mais com seus filhos. Porém, sabe-se que a adolescência é uma fase difícil de ser tratada, principalmente em casa, pois é uma fase caracterizada por um complexo desenvolvimento biológico, psicológico e social.

Experiências bem-sucedidas com Orientação Sexual em escolas que realizam esse trabalho apontam para alguns resultados importantes: aumento do rendimento escolar (devido ao alívio de tensão e preocupação com questões da sexualidade) e aumento da solidariedade e do respeito entre os alunos. [...] no caso do adolescente as manifestações da sexualidade tendem a deixar de ser fonte de agressão, provocação, medo e angústia (BRASIL, 1998, p. 300).

Embora haja um consenso entre os estudiosos sobre a necessidade de se promover a discussão de questões referentes à

sexualidade, na prática, educadores e pais ainda parecem apresentar dificuldades em abordar o tema com os jovens. Dado o exposto, o objetivo deste trabalho foi verificar a percepção e atitudes em relação à Educação Sexual entre professores do ensino fundamental de uma escola rural do município de Dourados-MS.

## Adolescência

A palavra adolescência tem sua origem etimológica no latim *ad* (para) + *olescere* (crescer), ou seja, "adolescência" significa "crescer para". Esta definição nos remete a ideia de desenvolvimento, de preparação para o que está por vir, algo já estabelecido mais a frente, preparação esta para que a pessoa se enquadre neste "à frente" (PEREIRA, 2004). É como se o adolescente tivesse que transportar de uma fase para alcançar aquilo que é ideal.

Segundo Barros (2002), existe uma tendência em empregar o termo puberdade para as mudanças biológicas, enquanto adolescência denotaria as mudanças psicológicas e cognitivas, embora se acredite que esses termos não possam ser claramente dissociados, pois as evidentes mudanças corporais e as crises de valores estão constantemente associadas aos jovens, que estão reavaliando e confirmando os ideais emergidos durante a infância.

A adolescência, portanto, é a fase de transição de uma criança para a fase adulta, é o período de crescimento e desenvolvimento fisiológico e psicológico durante o qual o indivíduo progride, gradualmente, das características físicas e emocionais da infância para a maturação completa do corpo e a apresentação de traços e capacidade de um adulto (ZIEGEL e GRANLEY, 1985).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2005), a Organização Mundial da Saúde (OMS) circunscreve a adolescência à segunda década da vida (de 10 a 19 anos) e considera que a juventude se estende dos 15 aos 24 anos. Esses conceitos comportam desdobramentos, identificando-se adolescentes jovens (de 15 a 19 anos) e adultos jovens (de 20 a 24 anos). A Lei nº 8.069 de 13/07/1990, artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL,

2002), considera adolescente a faixa etária de 12 a 18 anos. Há aqui um descompasso entre a fixação etária do Estatuto da Criança e do Adolescente e a da Organização Mundial da Saúde, também adotada pelo Ministério da Saúde.

Neste sentido, a adoção cronológica permite identificar requisitos que orientem a investigação epidemiológica, as estratégias de elaboração de políticas de desenvolvimento coletivo e as programações de serviços sociais e de saúde pública, porém, ignora as características individuais. Portanto, dá-se a importância de ressaltar os critérios biológicos, psicológicos e sociais na abordagem conceitual da adolescência e juventude (BRASIL, 2005).

Este grupo vem sendo estudado por vários segmentos sociais e áreas da ciência, portanto a adolescência não pode ser vista apenas como uma fase de transição da criança para fase adulta sem levar em consideração os aspectos biológicos, psicológicos, sociais e culturais.

## **Sexualidade**

Spitzner (2005) menciona que a sexualidade é parte integrante da vida do homem, pois está presente desde o seu nascimento até a morte e também nas relações e ações do ser humano, ou consigo mesmo enquanto seres assexuados. A sexualidade é inerente ao ser humano e está presente em todos os atos de sua vida. Encontra-se marcada pela cultura, pela história, pela ciência, assim como pelos afetos e sentimentos, expressando com singularidade em cada sujeito. A sexualidade, sendo um elemento básico da personalidade, determina no indivíduo um modo particular e individual de ser, de sentir, de manifestar-se, de comunicar-se, de expressar e de viver o amor.

Sabemos, portanto, que a adolescência é a fase de transição, durante a qual se perde a criança e se pode adquirir um adulto. É neste período que a maturidade biológica e sexual é atingida, se define a identidade sexual e, potencialmente, é onde se define o espaço social de homem ou mulher (VITIELLO, 2000). Vimos também que muito tem se falado e discursado como sendo a adolescência a fase em que todas as

questões da sexualidade se intensificam, com novas descobertas e experimentações (SPITZNER, 2005).

A sexualidade neste período é frequentemente apontada como motivo de preocupação por pais, profissionais das áreas de saúde, educação, social e, inclusive, religiosa. Onde cada uma das partes busca controlar, coibir, prevenir e orientar de forma característica à sua alçada o exercício da sexualidade dos adolescentes. Existem preocupações com a incidência de gravidez, abuso e violência sexual, prostituição e principalmente prejuízos de projeto de vida; entretanto, a sexualidade é fundamental ao desenvolvimento humano, importante na vida psíquica das pessoas, pois independente da necessidade reprodutiva, relaciona-se com a busca do prazer (PEREIRA, 2002).

Para compreendermos de que forma se estrutura a sexualidade na adolescência, é necessário levar em conta os aspectos da maturação fisiológica, as mudanças psíquicas e comportamentais que ocorrem neste período da vida, a cultura sexual da sociedade em que o adolescente se constitui e encontra-se inserido e a forma como estes três aspectos se interrelacionam. E tanto a adolescência e a sexualidade, mais do que fenômenos universais e transculturais, são fenômenos moldados por influências econômicas e políticas (PEREIRA, 2002).

Segundo o governo brasileiro (BRASIL, 1998), para que haja uma compreensão da abordagem proposta no trabalho de Orientação Sexual, é necessário que tenha em mente a distinção entre os conceitos de organismo e corpo.

O organismo refere-se ao aparato herdado e constitucional, à infra-estrutura biológica dos seres humanos. Já o conceito de corpo diz respeito às possibilidades de apropriação objetiva de toda a experiência na interação com o meio. O organismo atravessado pela inteligência e desejo, se mostrará um corpo (BRASIL, 1998, p. 317).

A escola é um ambiente onde o adolescente entra em contato com outros valores e significados, sendo importante falarmos da sexualidade nas escolas, visto que é através dos valores confrontados que o homem elaborará sua própria conduta. Vale também ressaltar que algumas famílias não transmitem orientação sexual necessária, que os auxilie em

suas dúvidas ou dificuldades, delegando para a escola tarefas primordialmente suas (BRUNS, 1995).

### **Adolescência e gravidez**

A gravidez na adolescência tem se tornado um problema cada vez mais grave no Brasil, com consequências em várias esferas de suas vidas, geralmente associadas a riscos pessoais e sociais para o desenvolvimento da adolescente e de seu filho (OLIVEIRA, 1998; HOGA, BORGES e REBERTE, 2010).

O desenvolvimento físico humano tem início na fase embrionária, prolonga-se na adolescência e termina quando a pessoa chega à fase adulta. Por isso Ziegel e Granley (1985) afirmam que a adolescente ainda não tem uma preparação para suportar o desenvolvimento de um feto em seu ventre. O risco de aborto e de complicações durante a gestação é alta, podendo levar a adolescente gestante a óbito ou a sequelas irreparáveis por toda a vida.

A adolescente ainda não mulher adulta, preocupada com o seu próprio desenvolvimento físico e psicológico, enfrenta um problema para o qual se encontra despreparada. Ela necessita de atenção nutricional especial para assegurar o desenvolvimento adequado da criança, bem como para que o seu próprio desenvolvimento físico continue [...] (ZIEGEL e GRANLEY, 1985, p. 291).

Segundo Oliveira (1998), o impacto da gravidez precoce emerge de forma mais clara quando se examina a relação entre educação, pobreza e maternidade precoce. Adolescentes cuja renda familiar se classifica entre as mais pobres (1/4 de salário mínimo), quase não tem chance de completar o 2º grau após o nascimento de um filho, sendo o abandono da escola a saída que se impõe às mães jovens.

Apesar de esta problemática acontecer com maior frequência nas classes sociais mais carentes, não se pode negar que o fenômeno acontece em todos os estratos populacionais, porém suas consequências podem ser mais negativas para adolescentes cuja

realidade social restringe bens materiais (HOGA, BORGES e REBERTE, 2010).

Além disso, existem outros pontos que levam a adolescente a engravidar; a condição de mãe possibilita a saída de casa e construir sua própria família, dando liberdade e autonomia que as adolescentes não tinham quando moravam com os pais. Outro fator é a precocidade do namoro, que está associado à falta de cuidado com uso de preservativos. As “más companhias”, que influenciam negativamente as adolescentes, e a rebeldia são vistos como fatores que impulsionam a gravidez, a violência e o abuso sexual das adolescentes (HOGA, BORGES e REBERTE, 2010).

O quadro a seguir mostra o número de adolescentes que engravidaram no ano 2000 no Brasil.

Quadro 1: Número de adolescentes grávidas

Fecundidade de mulheres de 10 anos ou mais de idade 12 meses antes do Censo de 2000, no Brasil			
Idade	Total	Tiveram filhos	
		Percentual	Absoluto
10 a 14 anos	8.569.844	0,43	37.28 2
15 a 19 anos	8.921.295	15,00	1.340. 511
15 a 17 anos	5.329.967	8,51	453.8 76
18 e 19 anos	3.591.328	25,00	886.6 75
20 a 24 anos	8.094.476	48,00	3.857. 716

Fonte: IBGE (2003).

## Orientação sexual

A escola tem sido apontada como um importante espaço de intervenção sobre a temática sexualidade/adolescente, que, nos últimos anos, adquiriu uma dimensão de problema social. A escola desponta



como um local privilegiado de implementação de políticas públicas que promovam a saúde do adolescente (ALTMANN, 2003).

Ao se investigar sobre a Educação Sexual, verifica-se que a sexualidade foi solenemente ignorada pelas escolas durante muitos anos. Os professores agiam como se os alunos fossem seres assexuados, mesmo quando chegavam à adolescência, pois toda a sociedade não se manifestava acerca deste assunto. O melhor método, portanto, era não tocar no assunto e deixar que a natureza se encarregasse de ensinar os alunos (SANTOS e FERREIRA, 2001).

Hoje a orientação sexual é indiscutível e nenhuma escola deixa de abordá-la. A questão agora não é decidir se trata ou não do assunto, mas sim saber como lidar com ele. Por enquanto, a maioria das escolas deixa o assunto nas mãos dos professores, que, por sua vez, sentem dificuldade ao abordar o assunto em sala de aula ou conversar com os alunos (SANTOS e FERREIRA, 2001).

De acordo com Borges (2006), tanto profissionais de saúde quanto professores necessitam de preparação na busca de intervenções, para iniciar discussões e reflexões acerca da sexualidade. Todos os agentes educativos devem ter conhecimento da infância, do gênero, refletir sobre suas práticas educativas e sobre o modo como estas ajudam a manter ou, pelo contrário, a desconstruir os discursos dominantes sobre a sexualidade (BORGES, NICHATA e SHOR, 2006).

No entanto, sabemos que a sexualidade é um tema muito difícil de ser trabalhado nas escolas, pois está diretamente ligado ao campo emocional, religioso, político, ideológico, ético e outros. Porém, é certo que é no período escolar que essa sexualidade se aflora, pois, além de passarem muito tempo juntos, os corpos e mentes dos adolescentes estão em profundo desenvolvimento. Sendo assim, deve-se abordar este tema como algo natural, que faz parte da vida, onde o educador propõe aos alunos uma reflexão, ajudando-os a compreender a sua própria sexualidade, procurando ser o mais neutro possível, pra que o aluno tire suas próprias conclusões sobre o tema (CAMPOS e BARBOSA, 2006).

Segundo Brito e Cardoso (2009) a orientação sexual é contemplada nos Parâmetros Curriculares Nacionais enquanto tema transversal, promovendo a sexualidade como assunto importante e

contínuo, que deve ser exposto, esclarecido, questionado e socializado, contextualizando-o social e culturalmente.

### **Educação Sexual no Brasil**

De acordo com Benites (2006), no Brasil, a história da Educação Sexual teve início nos anos finais do século XIX, com a vinda de médicos europeus para o controle sexual com apoio científico, visando principalmente à prevenção de doenças venéreas, ao controle da natalidade, o combate à masturbação e à preparação da mulher para o exercício do papel de esposa e mãe. Desde o início, a história da Educação Sexual foi marcada por períodos de avanços e retrocessos.

Nos anos de 1920, feministas reivindicaram a Educação Sexual nas escolas, cujo objetivo era a proteção à infância e à maternidade. Em 1928 houve o Congresso Nacional de Educadores, onde os participantes chegaram à conclusão que a Educação Sexual não poderia ser promovida em casa, pois os pais não tinham condições para isso. Na ocasião foi aprovada a adoção de programas dessa matéria nas escolas, mas somente para crianças acima de 11 anos (BENITES, 2006).

No período entre a década de 30 e a década de 50, época em que a Igreja Católica mantinha severa repressão ao tema, não se teve conhecimento de outros trabalhos ou iniciativas ligadas à Educação Sexual (COSTA e MAGNO, 2002). Nos anos 60, a Igreja começa a ter alguma abertura para os temas relacionados à sexualidade, mas com o golpe militar, em 1964, e a crise política não havia possibilidade nem abertura suficiente para dar continuidade aos projetos iniciados nas escolas. No período mais rígido da ditadura militar houve pouca iniciativa de implantação de projetos de Educação Sexual. Mesmo com todas as dificuldades, a década de 1960 foi marcada por experiências significativas na área da Educação Sexual escolar (BENITES, 2006).

Segundo Silva e Neto (2006), em 1971, a Lei 5692/71 instituiu o ensino de segundo grau no Brasil, favorecendo que as escolas possam trabalhar a questão da sexualidade humana, o que até o momento não era permitido. Em 1974 o Parecer 2.264 do Conselho Federal de Educação recomenda que os Programas de Saúde sejam planejados de

acordo com as necessidades do meio e do aluno, devendo ser estabelecidos em conjunto por representantes dos órgãos de saúde, docentes e universidades locais. Em 1978 o Ministério da Educação e Cultura (MEC) manifesta-se contra a Educação Sexual no espaço escolar. Em 1992, com o incontrolável avanço da AIDS pelo Brasil, a Portaria Interministerial número 796 propõe que as escolas oficiais e privadas de todos os níveis de ensino implante, nos seus currículos, projetos educativos de prevenção à AIDS. Em 1997 o governo Brasileiro, através dos Parâmetros Curriculares Nacionais, apresenta políticas voltadas para a área.

### **Material e métodos**

O trabalho de pesquisa para o presente artigo foi desenvolvido entre Julho e Agosto de 2010, em uma Escola Municipal rural de Dourados-MS. Esta escola tinha, no período, 950 alunos matriculados, desde a Educação Infantil até o 9º ano do Ensino Fundamental, e seus discentes e a maioria dos docentes são originários da Aldeia Jaguapirú. As etnias constituintes são Terena, Guarani-Ñandeva e Kaiowá.

No período matutino a escola atende duas salas do pré-escolar, duas salas do Programa PAE, salas dos 5º ao 9º anos e seu horário de funcionamento é das 07h00min às 11h25min. No período vespertino a escola trabalha do pré-escolar até os 4º anos. Esta escola só contempla o Ensino Fundamental.

Esta instituição de ensino tem uma biblioteca para uso dos discentes, equipada com uma grande variedade de livros para todas as séries contempladas pela escola. Há uma funcionária responsável pela manutenção da mesma.

Uma das disciplinas de bastante importância nesta unidade de ensino é o Ensino Religioso, onde os alunos recebem ensinamentos cristãos, boas maneiras e muita orientação sexual. Os professores responsáveis por esta disciplina são evangélicos e participaram da pesquisa para elaboração deste trabalho.

O corpo docente da escola é formado por 36 educadores, sendo que apenas 13 atuam diretamente no ensino do 6º ao 9º ano, e foram

estes os convidados para participar da pesquisa, sendo que apenas um não devolveu o questionário. Portanto, o número de educadores participantes da pesquisa foi 12.

A técnica adotada para coleta de dados foi a aplicação de questionário individual direcionado aos professores indígenas que atuam no ensino do 6º ao 9º ano. O questionário foi baseado no trabalho de Moizés e Bueno (2010).

Primeiro foi perguntado a cada professor se este gostaria de responder a um questionário sobre Educação Sexual na escola, em caso positivo, o referido questionário lhe era entregue. Este documento foi respondido de forma anônima.

Logo que os questionários foram devolvidos devidamente respondidos, passou-se a fazer a análise dos mesmos de forma quantitativa e qualitativa, estabelecendo categorias em cada questão.

## Resultados e discussão

A Educação Sexual é um tema muito amplo e merece total atenção por parte das instituições de ensino em todo o Brasil. Se a escola estiver envolvida com a Orientação Sexual, certamente todo o segmento educativo será beneficiado, todos os professores poderão buscar formas de se enquadrarem ao tema.

Segundo Whitaker et al (1999), os diálogos entre pais e adolescentes sobre assuntos relativos a sexo têm sido associados a um comportamento sexual mais seguro, quando são conduzidos de forma habilidosa e abertos.

Estas questões propostas aos professores tinham o intuito de averiguar o que o grupo pensa acerca do tema e como eles lidam com o respectivo assunto no seu dia a dia dentro das salas de aula, diante das inúmeras curiosidades dos adolescentes. Tendo em vista que uma grande parte dos discentes prefere contar seus problemas aos professores, e só depois conversam com seus pais.

Partindo do princípio de que o professor tem uma atitude favorável em relação à abordagem de temas sexuais e que teve acesso à formação nessa matéria,

ainda assim é necessário considerar que o fator desconforto pode permanecer (REIS e VILAR, 2004, p. 739).

Na primeira questão todos os professores responderam que é importante trabalhar a Educação Sexual com os adolescentes do Ensino Fundamental, mas apenas 25% dos professores justificaram a importância. Segue abaixo algumas das respostas dadas:

Porque ajuda na informação e compreensão no âmbito da sexualidade e da adolescência.

Porque a escola é outro lugar, além da família, adequado para se falar de forma correta sobre sexualidade e quebrar alguns tabus.

Porque a adolescência é a fase de autodescoberta e a escola poderá sanar suas dúvidas.

Porque a maioria dos pais não toca nesse assunto em casa, com os filhos.

Sabe-se, portanto, que é positivo inserir no conteúdo escolar a Educação Sexual, pois favorece um desenvolvimento saudável do adolescente. Os professores, por sua vez, precisam ajudar os alunos em suas dúvidas e tomar decisões em questões sérias em relação à sexualidade (MOIZÉS, 2007).

A segunda questão foi um complemento da primeira e visou buscar opiniões sobre em que ano escolar a Educação Sexual deve começar. Verificou-se uma grande variação nas respostas dos professores: 33,32% responderam que este trabalho deve ter início logo nos primeiros anos das séries iniciais, 33,32% acreditam que o trabalho deve começar no 5º ano e os demais em outras séries (ver Tabela 1).

As manifestações da sexualidade têm início precoce, quando ainda criança, através das autocarícias nas partes íntimas, nas curiosidades sobre o corpo do outro e nas brincadeiras com colegas, gestos e atitudes típicos da manifestação da sexualidade adulta. No entanto, as intervenções dos educadores devem começar de forma que aponte a inadequação de tal comportamento às normas do convívio escolar (BRASIL, 1998).

TABELA 1: Opinião dos professores sobre o ano escolar em que o tema Educação Sexual deve ser iniciado.

Melhor ano para início	Percentual
Séries iniciais	33,32%
5º ano	24,99%
6º ano	33,32%
7º ano	8,33%

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, a curiosidade pela descoberta do próprio corpo tem início muito cedo, quando as crianças ainda estão nos primeiros ciclos escolares, isto é, fase que vai do pré-escolar em diante (BRASIL, 1998).

Na terceira questão verificou-se quais as melhores formas para trabalhar o tema Educação Sexual na escola, sendo que 66,64% dos professores consideram que seria como tema transversal e 58,31% com palestras realizadas por profissionais da área da saúde (ver Tabela 2). Na questão três também foram relatadas, por 24,99% dos professores, outras alternativas para trabalhar o tema, entre elas destacam-se as seguintes:

Os professores devem buscar maior número de informações e experiências para enriquecer seu conhecimento acerca do assunto.

O professor de ciências deve atuar junto ao pessoal da saúde.

Trabalhar com filmes e sites educativos.

Sempre que o tema aparecer durante as aulas, deve-se falar no assunto.

TABELA 2: As melhores formas de trabalhar a Educação Sexual nas escolas, na opinião dos professores do 6º ao 9º ano.

Melhores formas de trabalhar Educação Sexual nas escolas	
Palestras realizadas por profissionais da área da saúde	58,31%
Pelo professor na disciplina de ciências	33,32%
Como tema transversal, envolvendo todas as áreas do conhecimento	66,64%
Opinaram outras alternativas	24,99%

Pelo que se observa nas respostas dos professores, a maioria acredita que os profissionais da saúde devem atuar diretamente na sala de aula em conjunto com os docentes, especialmente o responsável pela disciplina de ciências. Por isso, tratar de Educação Sexual não é apenas responsabilidade da escola; as atividades relacionadas à temática devem ser desenvolvidas e implementadas pelos profissionais da área da saúde de forma constante junto às escolas (ORITA et al, 2010).

Além disso, os professores acreditam que se o tema for trabalhado como tema transversal, surtirá bom efeito, pois assim envolverá todas as áreas do conhecimento. Esta argumentação dos professores encontra-se registrada nas palavras de Altmann (2001), que diz que a Educação Sexual não tem apenas um caráter informativo, mas sim um efeito de intervenção no interior do espaço escolar, concebido como tendo uma função transversal que atravessa fronteiras disciplinares, que dissemina por todo campo pedagógico e funciona de forma a expandir seus efeitos em domínios mais heterogêneos.

Para os mesmos autores, abordar essa temática não é simples, porque existe um certo estranhamento do sujeito humano com sua própria sexualidade - que se encontra envolta em valores morais que determinam comportamentos, usos e costumes sociais-, falta de recursos didáticos específicos, incompreensão dos pais sobre o assunto, existência de preconceitos, além de questões religiosas, timidez e insegurança para debater o tema.

Na questão número quatro, os professores destacaram vários temas importantes sobre Educação Sexual para ser trabalhado em sala de aula, sendo que 83,30% optaram por mudanças físicas e comportamentais, seguido por prevenção contra DST/AIDS (ver Tabela

3). Quanto a outros assuntos considerados importantes, 16,65% dos educadores acreditam que podem aparecer no momento da aula, por curiosidades dos alunos e que, por isso, o professor deve estar sempre atualizado.

TABELA 3: Assuntos importantes a serem trabalhados em uma aula de Educação Sexual.

Itens importantes para serem abordados em uma aula que envolva Educação Sexual.	
As mudanças físicas e comportamentais na adolescência	83,30%
Doenças sexualmente transmissíveis (DST/AIDS)	66,64%
Formas de evitar uma gravidez indesejada	58,31%
Aborto	41,65%
Outros	16,65%

Na quinta questão observou-se que a maioria dos professores, 83,30%, já foi indagada pelos alunos em sala de aula sobre temas relacionados à Educação Sexual (ver Tabela 4). Esses dados mostram que o aluno tem o professor como uma pessoa capacitada para tirar suas dúvidas.

Os docentes relataram que procuraram sanar as dúvidas dos alunos na medida do possível, até mesmo pedindo ajuda ao professor de ciências.

TABELA 4: Percentual dos professores que já foram questionados acerca de sexualidade e sexo durante uma aula qualquer.

Questionamento por parte dos discentes	
Sim	83,30%
Não	16,70%

A questão número seis tinha o objetivo de verificar o percentual de professores que trabalham o tema sexualidade em suas aulas como um tema transversal, isto é, em qualquer das disciplinas do currículo escolar. Observou-se que apenas 58,31% dos docentes (ver Tabela 5),



abordam de alguma forma o assunto em suas aulas. Como relatado pelos professores, o assunto geralmente é levantado pelas indagações dos alunos, mas pode ser planejado através de leituras de revistas, jornais, ou de um texto pré-selecionado pelo professor.

Os professores que afirmaram não trabalhar o tema em suas aulas alegaram não se sentirem à vontade e nem capacitados para tocar no assunto.

TABELA 5: Professores que trabalham Educação Sexual em suas aulas.

Trabalha o tema Educação Sexual durante as aulas	
Sim	58,31%
Não	33,32%
Não responderam	8,37%

Ao longo de nossas vidas, todos nós defrontamos com questões ligadas à sexualidade. Mas este assunto ainda é considerado por muitos, principalmente pelos educadores, como um desafio. Grande parte dos professores sente-se despreparada para falar abertamente sobre o assunto, contudo, acabam deparando com situações em que não há como fugir da questão, pois os comportamentos de ansiedade e curiosidade sobre a sexualidade vêm se tornando cada vez mais comuns na escola. Por que abordar este tema não é uma tarefa fácil? Evidentemente não existe resposta fácil para essa questão (SILVA, PEREIRA e FILHO, 2010).

As sétima, oitava e nona questões foram destinadas aos professores que trabalham ou que já trabalharam Educação Sexual em suas aulas. Esses professores somam os 58,31% da amostra.

Na sétima questão os professores relataram sobre a aceitação dos discentes em relação às aulas em que é abordada a Educação Sexual. Diante do exposto, obteve-se as seguintes falas dos professores:

Os alunos, no início, demonstram ter um pouco de vergonha, mas, como procuramos manter sempre o respeito, as perguntas surgem de maneira natural e até agora esses momentos têm sido proveitosos.

Eles gostam muito e fazem muitas perguntas.

Desde que seja trabalhado com naturalidade, os alunos se mostram muito interessados.

A oitava questão procurou saber se os professores que trabalham temas relacionados à sexualidade e sexo encontram ou encontraram algum tipo de dificuldade em suas aulas. Dos 58,31%, a metade disse não encontrar nenhuma dificuldade e que o tema é bastante esperado pelos adolescentes, a outra metade disse que não se sente à vontade nessas ocasiões. Entre as falas dos professores, destaca-se: "Esse tema é tratado na comunidade como um tabu, algo pecaminoso e que é um assunto que não deve ser comentado com crianças."

Como os alunos chegam à escola com esse tipo de pensamento, fica bastante difícil tratar esse assunto com eles, mas vale salientar que não são todos que têm essa mentalidade. Outras dificuldades são a falta de material apropriado para essas aulas, como os recursos audiovisuais, e a diferença na faixa etária dos alunos.

Na questão número nove foi questionado sobre o tipo de material didático e estratégias de ensino que os docentes utilizam para abordar o tema. A maioria dos professores respondeu que seu trabalho é baseado em livros didáticos, seguido de discussão após as leituras do material; no entanto, alguns responderam que utilizam filmes, vídeos de curta duração, fotos e cartazes.

Dentro deste contexto, Bardi e Campos (2004) consideram que os materiais didáticos são importantes e que seu uso auxilia no processo de aprendizagem, porém, é preciso que o professor estabeleça um objetivo e esteja atento às limitações que o material pode apresentar. Tais materiais podem ser entendidos como visuais (quadro negro, cartazes, mapas, figuras, espécimes), auditivos (rádio, CD) ou audiovisuais (TV, vídeo).

A décima questão finaliza o questionário indagando os professores sobre a existência de relato de pais ou responsável por alunos que não aprovam o ensino sobre Educação Sexual em sala de aula. Observou-se que apenas 16,66% dos professores declararam que alguns pais já estiveram na unidade escolar para tirar satisfações com o docente (ver Tabela 6), alegando que, caso esse assunto continuasse a

ser tratado na escola, estariam incentivando os seus filhos à prática sexual precoce.

TABELA 6: Manifestação dos pais em relação às aulas com tema Educação Sexual.

Existem relatos de pais que não aprovam o ensino sobre Educação Sexual em sala de aula?	
Sim	16,66%
Não	66,64%
Não responderam	16,66%

Um dos comentários dos professores sobre a décima pergunta diz que a professora quem recebeu o pai de aluno que foi à escola questionar sobre sua aula “passou por maus lençóis”, isto é, teve que argumentar bastante para convencer aquele pai de que sua aula de fato não tinha nenhuma intenção de prejudicar o aluno.

Essa concepção é passada de pais para filhos e se perpetua no conhecimento popular ao longo de muitas gerações. Entretanto, o fato de poucos pais terem procurado os professores para esclarecimentos acerca das aulas sobre sexualidade pode estar relacionado com a escolaridade dos mesmos, tendo em vista que a maioria dos pais já tiveram fácil acesso à escola, deixando de ser totalmente leigos no assunto.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) trazem o seguinte comentário acerca da sexualidade que se desperta nas crianças desde os primeiros anos de vida:

[...] Para alguns, as crianças são seres “puros” e “inocentes” que não têm sexualidade a expressar, e as manifestações da sexualidade infantil possuem a conotação de algo feio, sujo, pecaminoso, cuja existência se deve à má influência de adultos [...] (BRASIL, 1998, p. 296 – grifos no original).

De acordo com Moizés e Bueno (2010), é necessário obter apoio de profissionais qualificados sobre a temática, dando relevância à

participação da família no processo de orientação. Neste processo, a escola pode ser o recurso para ajudar familiares, professores e alunos a compreenderem melhor os pressupostos da Educação Sexual, e os profissionais da saúde são grandes aliados, no sentido de orientá-los.

### Considerações finais

Verificamos que os professores acham importante trabalhar a Educação Sexual no Ensino Fundamental e acreditam que a melhor forma é trabalhar como tema transversal e com auxílio de profissionais da área da saúde. A grande maioria dos professores trabalha ou já trabalhou esse tema em suas aulas, com o intuito de ajudar na prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada.

Constatou-se que os professores consideram os alunos receptivos e interessados quando é abordado o tema Educação Sexual, entretanto, alguns professores têm dificuldades em abordar o tema, por não ter tanta afinidade com o assunto, não se sentem à vontade para desenvolvê-lo de forma integral.

Uma das dificuldades encontradas pelos professores que trabalham o tema sexualidade está relacionada com a não aceitação dos pais, evidenciando a necessidade de orientação dos mesmos sobre o tema.

---

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, Marina S. R. **A Sexualidade na Sala de Aula**. 2004. Disponível em: <http://www.psicologia.com.pt/artigos/imprimir.php?codigo=A0214> . Acesso em: 30 mai. 2010.

ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 575-585, 2001.

\_\_\_\_\_. Orientação sexual em uma escola: recortes de corpos e de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, p.281-315, 2003.

\_\_\_\_\_. Educação Sexual e a primeira relação sexual: entre expectativas e prescrições. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 7, n. 12, p. 333-356, 2007.

BARDI, Juliana; CAMPOS, Luciana Maria Lunardi. **Produção de materiais didáticos para temas de orientação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental**. 2004. Disponível em: <http://www.unesp.br/prograd/PDFNE2004/artigos/eixo10/producaodemateriaisdidaticos.pdf> . Acesso em: 13 ago. 2010.

BARROS, Sonia Maria et al. **Enfermagem obstétrica e ginecológica: guia para a prática assistencial**. São Paulo: Roca, 2002.

BENITES, Maria José de Oliveira. **Educação Sexual e formação de docente: um estudo a partir de concepções discentes**. 2006. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Regional de Blumenau, [2006].

BORGES, Ana Luiza Vilela; NICHATA, Lúcia Yasuko Izumi; SCHOR, Néia. Conversando sobre sexo: a rede sociofamiliar como base de promoção da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 3, p. 422-427, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v14n3/v14n3a17.pdf> . Acesso em: 16 dez. 2011.

BORUCHOVITCH, Evely. Fatores associados a não-utilização de anticoncepcionais na adolescência. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 26, n. 6, p. 437-443, 1992. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/rsp/v26n6/10.pdf> . Acesso em: 30 nov. 2009.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos - apresentação dos temas transversais**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental/MEC, 1998.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº 8.069 de 13 de Junho de 1990**. Brasília: Brasil, 2002.

BRASIL. **Área de Saúde do Adolescente e do Jovem**. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, 2005.

BRITO, Dislene Cardoso de; CARDOSO, Nilzete Pereira. Escola e orientação sexual: desafios à prática de um trabalho contínuo. **Cadernos IAT**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 62-68, 2009. Disponível em: <http://bibliotecaiat.sec.ba.gov.br/index.php/ojs/article/viewFile/61/39> . Acesso em: 17 dez. 2011.

BRUNS, Maria Alves de Toledo et al. Educação Sexual numa visão mais abrangente. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 60-66, 1995.

CAMPOS, Rosângela Venâncio de; BARBOSA, Sigmar Alves. A sexualidade e a sala de aula. **Transversal**, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 7-24, 2006. Disponível em: <http://www.ieda.edu.br/site/arquivos/pdf/revista4ed.pdf> . Acesso em: 17 dez. 2011.

CANO, Maria Aparecida Tedeschi et al. A produção do conhecimento sobre adolescência na enfermagem: período de 1983 a 1996. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 91-97, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v6n1/13925.pdf> . Acesso em: 17 dez. 2011.

COSTA, Maria das Graças; MAGNO, Vângela. **Educação Sexual nas escolas de ensino fundamental e médio: realidade ou utopia?** 2002. 62 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade da Amazônia, [2002]. Disponível em: [http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/educacao\\_sexual\\_nas\\_escolas.pdf](http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/educacao_sexual_nas_escolas.pdf) . Acesso em: 17 dez. 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001.

HOGA, Luiza Akiko Komura; BORGES, Ana Luiza Vilela; REBERTE, Luciana Magnoni. Razões e reflexos da gravidez na adolescência: narrativas dos membros da família. **Revista de Enfermagem**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 151-157. 2010. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=127712632022> . Acesso em: 17 dez. 2011.

IBGE. **Censo demográfico 2000: características gerais da população: resultado da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

MOIZÉS, Julieta Seixas; BUENO, Sonia Maria Vilela. Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental. **Revista da Escola de Enfermagem**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 205-212, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v44n1/a29v44n1.pdf> . Acesso em: 17 dez. 2011.

MOIZÉS, Julieta Seixas. **A sexualidade na compreensão de professores de ensino fundamental**. 2007. 82 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, [2007].

NOGUEIRA, Conceição et al. (In)visibilidade do gênero na sexualidade juvenil: proposta para uma nova concepção sobre a Educação Sexual e a prevenção de comportamentos sexuais de risco. **Pró-posições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 59-79, 2008.

OLIVEIRA, M. W. Gravidez na adolescência: dimensões do problema. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 19, n. 45, p. 48-70, 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32621998000200004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-32621998000200004&script=sci_arttext) . Acesso em: 17 dez. 2011.

ORITA, Patrícia Tiemi Kikuti et al. O papel educador do enfermeiro na área da sexualidade: Experiência com crianças do ensino fundamental. In: I SIMPOSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL. Maringá: UEM, 2010. Disponível em: <http://www.dtp.uem.br/sies/anais/trabalhos/101.pdf> . Acesso em: 19 dez. 2011.

PEREIRA, Cláudia de Paulo. **A sexualidade na adolescência**: os valores hierárquicos e igualitários da identidade e das relações afetivo – sexuais dos adolescentes. 2002. 87 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Fundação Osvaldo Cruz, [2002].

PEREIRA, Elcimar Dias. Adolescência: um jeito de fazer. **Revista da UFG**, Goiânia, v. 6, n. 1, n./p., 2004. Disponível em: [http://www.proec.ufg.br/revista\\_ufg/juventude/adoles.html](http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/juventude/adoles.html) . Acesso em: 19 dez. 2011.

RAMIRO, Lúcia; MATOS, Margarida Gaspar de. Percepção de professores portugueses sobre educação sexual. **Revista Saúde Pública**, Lisboa, v. 42, n. 4, p. 684-692, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v42n4/6685.pdf> . Acesso em: 19 dez. 2011.

REIS, Maria Helena; VILLAR, Duarte. A implementação da educação sexual na escola: atitudes dos professores. **Análise psicológica**, Lisboa, v. 22, n. 4, p. 737-745, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v22n4/v22n4a08.pdf> . Acesso em: 19 dez. 2011.

ROMERO, Kelencristina et al. O conhecimento das adolescentes sobre questões relacionadas ao sexo. **Revista da associação médica brasileira**, São Paulo, v. 53, n. 1, p. 14-19, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ramb/v53n1/12.pdf> . Acesso em: 19 dez. 2011.

SANTOS, Cláudia de Jesus Maciel dos; FERREIRA, Girlane Cabral. **Orientação sexual**: desafios que precisam ser enfrentados e vencidos por pais, professores e adolescentes da 7ª série de uma escola Estadual de Belém. 2001. 70 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade da Amazônia, [2001]. Disponível em: [http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/Orientacao\\_sexual2.pdf](http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/Orientacao_sexual2.pdf) . Acesso em: 19 dez. 2011.

SILVA, Ricardo Desidério da; PEREIRA, Ana Maria Teresa Benevides; FILHO, Ourídes Santin. Sexualidade: representações conceituais de professores paraenses. In: I SIMPOSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL. Maringá: UEM, 2010. Disponível em: <http://www.dtp.uem.br/sies/anais/trabalhos/103.pdf> . Acesso em: 19 dez. 2011.

SILVA, Regina Célia Pinheiro da; NETO, Jorge Megid. Formação de professores e educadores para abordagem da Educação Sexual na escola: o que mostram as pesquisas. **Ciência e Educação**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 185-197, 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-73132006000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132006000200006) . Acesso em: 19 dez. 2011.

SPITZNER, Regina Henriqueta Lago. **Sexualidade e adolescência**: reflexões a cerca da educação sexual na escola. 2005. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Maringá, [2005].

TANQUETE, Stella et al. Relacionamento violento na adolescência e risco de DST/AIDS. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 5, p. 1437-1444,

2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v19n5/17816.pdf> . Acesso em: 19 dez. 2011.

VITIELO, Nelson. **Sexualidade**: quem educa o educador. São Paulo: Iglu, 2000.

WHITAKER, Daniel J. et al. Teenage partners communication about sexual risk and condom use: importance of parent-teenager communication. **Family Planning Perspective**, Berlim, v. 31, n. 3, p. 117-121, 1999. Disponível em: <http://www.guttmacher.org/pubs/journals/3111799.html> . Acesso em: 19 dez. 2011.

ZIEGEL, Erna; GRANLEY, Mecca. **Enfermagem obstétrica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1985.

---



## ANEXO 1

---

### ROTEIRO DE QUESTÕES PARA PROFESSORES

1 Você julga importante trabalhar Educação Sexual no ensino fundamental?

( ) sim ( ) não. Por quê?

2. Se você acredita ser importante trabalhar Educação Sexual no Ensino Fundamental, em que ano escolar isso deve começar?

3. Qual você acredita que seria a melhor forma de trabalhar Educação Sexual nas escolas:

( ) Palestras realizadas por profissionais da área da saúde.

( ) Pelo professor na disciplina de ciências.

( ) Como tema transversal, envolvendo todas as áreas do conhecimento (envolvendo todos os professores)

( ) outras:

4. Dos itens abaixo, quais você considera importante para serem abordados em uma aula que envolva Educação Sexual?

( ) As mudanças físicas e comportamentais na adolescência;

( ) Doenças sexualmente transmissíveis (DST/AIDS);

( ) Formas de evitar uma gravidez indesejada;

( ) Aborto;

( ) Outros

5. Algum aluno já questionou, durante suas aulas, temas relacionados à sexualidade e sexo?

( ) Sim ( ) Não

Em caso de resposta afirmativa, o que você fez?

6. Você trabalha o tema Educação Sexual em suas aulas?

( ) Sim ( ) Não. Por quê?

Responder as questões 7, 8 e 9 apenas quem trabalha ou já trabalhou Educação Sexual em suas aulas:

7. Como é a aceitação dos alunos de uma aula com esse tema?

8. Encontrou dificuldades em trabalhar Educação Sexual em suas aulas.

( ) Sim ( ) Não. Quais?

9. Que estratégia de ensino e material didático você usa para abordar o tema:

10. Existe relato de pais que não aprovam o ensino sobre Educação Sexual em sala de aula?

( ) Sim ( ) Não

Em caso afirmativo, quais providências foram tomadas:

---